CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 27 e 28 DE SETEMBRO DE 2017

Nos dias 27 e 28 de setembro de 2017, na sala de Reuniões Plenária, localizada no 10º andar, do Ed. Parque Cidade Corporate Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 30ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Darci Frigo **(Plataforma Dhesca Brasil);** Fabiana Galera Severo (**DPU**); Flávia Piovesan e Akemi Kamimura (**SNC**); Everaldo Bezerra Patriota (**Conselho OAB**); Gilberto Vieira dos Santos (**CIMI**); Ismael José César (**CUT**); Iara Gomes de Moura (**INTERVOZES**); Sandra Carvalho (**Justiça Global**); Leonardo Pinho (**UNISOL Brasil**); Paulo Roberto Maldos (**CFP**); Nívia Silva (**CNPG**); Deborah Duprat (**PFDC**); Raquel Dodge e Luciano Maia (**MPF**); Diana Mann (**Polícia Federal**); Fabiana Muniz (**MRE**); Magda Valadares e Priscila Oliveira (**MJSP**). Participaram também Renata Studart (**Secretária Executiva – CNDH**); Luciana Pivato (**Comitê Defensoras e Defensores de Direitos Humanos**); Rafael e Ribamar (**MNPCT**), Pétalla (**Conectas**). Frigo inicia a reunião dando as boas vindas e fazendo orientação para que as Comissões façam seus relatos se atendo, especialmente, aos itens que dependem de deliberação do Conselho e pedindo para que fizessem indicação dos pontos de pauta trabalhados nas Comissões e que não estavam na pauta do dia. Gilberto pede inclusão do encaminhamento de duas notas sobre a questão indígena e um encaminhamento da reunião feita com caravana Matopiba. Deborah pede destaque para a questão Matopiba, no sentido de ser tomada alguma providência. Patriota pede para ser incluso também posicionamento da CP Privação de Liberdade sobre a portaria do Ministério da Justiça sobre visitas íntimas. Marquinhos solicita inclusão da discussão de um seminário sobre a política da população em situação de rua. Frigo informa que no dia seguinte a PGR participaria da reunião do CNDH e, por isso, seria preciso entrar em consenso sobre os pontos a serem dialogados com ela. O Conselho deve também discutir sobre como melhorar a metodologia de atuação dele, incluindo o processo de recebimento de denúncias, a metodologia para tratar das respostas aos ofícios enviados pelo Conselho. Sugere pensar em formas de tornar as reuniões mais produtivas e fazer debates públicos também, mais ou menos no formato do Seminário de Internet e DH. Flávia coloca que realmente há de se pensar e monitorar o que ocorrer após as missões, e que criar a metodologia de acompanhamento deve acontecer de forma progressiva, conforme as necessidades vão se apresentando. Sugere tentar um diálogo mais qualificado com o IPEA para construir essa metodologia. Nívia sugere buscar auxílio remoto para fazer análise das respostas enviadas ao CNDH. Fabiana faz apresentação do que se tratam as denúncias recebidas, buscando dar um fluxo a elas, pois já estão paradas a algum tempo. Informa que é competência legal do CNDH receber as denúncias e representações e há no regimento interno alguma previsão de como é feito o processamento de denúncias. Fabiana faz leitura de algumas denúncias e deu alguns exemplos de respostas que podem ser dadas pelo CNDH. Deborah sugere que as próprias comissões deem o norte do que o CNDH deve acompanhar, em questão de tratar do plano macro ou micro das denúncias, uma vez que muitas denúncias apresentam casos individuais. Flávia sugere formular um banco de dados com as denúncias recebidas, que seja feito um processo de cadastro dessas denúncias para registro. Concorda em passar o fluxo para as Comissões temáticas, e fazer um fluxo de encaminhamento com a Defensoria Pública ou com a Ouvidoria, o importante é dar alguma resposta a quem encaminhou a denúncia. Patriota sugere que seja feito um processo de filtragem por parte da secretaria e que as denúncias mais urgentes sejam encaminhadas diretamente ao coordenador da comissão para que tome as providências. Gilberto coloca que neste ponto o CNDH continua enfrentando o mesmo problema que é a falta de pessoal na Secretaria Executiva para dar conta do trabalho. Fabiana sugere que as denúncias que a Mesa entender como ao menos admissíveis já passem para as mãos das comissões. Herbert sugere que o Conselho faça uso da

estrutura da própria ouvidoria para dar vazão às denúncias. Deborah coloca que não acredita ser a melhor a saída passar essa responsabilidade para outra instância. O que deve ser feito é oficiar a ministra e mostrar que da forma como o CNDH está estruturado ele não consegue dar conta de sua competência legal completamente. Frigo encaminha, portanto, no sentido de encaminhar as denúncias para as comissões pela Mesa Diretora e Secretaria e só depois avaliação do pleno. Cada Comissão tem liberdade de escolher um relator para dar encaminhamento das denúncias, podendo ser ou não o Coordenador. Renata questiona qual, exatamente, será o trabalho do relator. Patriota coloca que o trabalho desse relator deve ser de encaminhar se deve e para quem deve ser oficiado ou contatado. Frigo encaminha também uma reunião com a ministra para tratar da ampliação da estrutura de pessoal do CNDH. Gilberto faz relato da Comissão Terra, que teve como pauta o tratamento das respostas dos ofícios enviados após os relatórios, fizeram reunião para pensar uma metodologia de como suprir essas demandas. Será preciso fazer uma tabulação desses ofícios e foi marcada nova reunião em outubro para analisa-los a partir da tabulação. Relata também a reunião realizada em 15 de setembro com pessoas que compuseram a Caravana Matopiba, um dos encaminhamentos foi apresentar ao pleno o relatório que será elaborado pela Caravana e que ele possa ser incorporado como um resultado semelhante ao que as missões do CNDH visam alcançar. Já no momento da reunião e depois já receberam denúncias depois da missão da Caravana, por isso um outro encaminhamento seria um posicionamento do CNDH sobre essas situações de violações recorrentes na região do Piauí. Já estão sendo articuladas ações com o MP local e seria interessante que o CNDH se juntasse a elas. Deborah sugere que o CNDH, assim como a PFDC já tem feito, oficie as autoridades locais (SSP, PGJ, PRDC, PR-6ª Câmara) questionando quanto a segurança e integridade dessas pessoas e comunidades locais. Foi feita também reunião inter-comissões (Alimentação Adequada e Terra), Fabiana faz o relato dessa reunião, na qual foi feita troca de material de missões e experiências parecidas entre as comissões. Nessa reunião conversaram também sobre a situação no Vale do Jaraguá e questiona se o CNDH não poderia também fazer uma incidência. Frigo faz o encaminhamento das notas elaboradas pela Comissão. É feita a leitura da primeira nota sobre o Parecer 01/2017 da AGU, algumas alterações no texto e a nota foi aprovada por: MNMMR, SNC, CIMI, Justiça Global, CNPG, DHESCA, DPU, MPF, OAB, CFP, CUT e abstenção da PF. Sandra sugere que sobre ocaso Matopiba sejam enviados ofícios também ao PPDH, pois eles não têm conhecimento do caso, a sugestão foi acolhida pelo pleno. Sobre a nota do possível massacre no Vale do Javari, as/os conselheiras/os leriam e fariam os destaques diretamente com o Gilberto para apresenta-la ao pleno posteriormente. Paulo Maldos faz relato da missão à Alcântara, composta por CNDH, MP, CONAQ, ABA, DPU, FIAN e SNC, a missão seguiu mais ou menos o mesmo roteiro da que foi feita em Brejo dos Crioulos. A situação de ampliação da base é tão grave que não foi possível tratar de qualquer outro tema, como saúde ou educação local, a principal pauta foi o aumento da base sem ter feito o diálogo com a comunidade. O que a comunidade mais solicita são informações sobre esse projeto de ampliação e que haja diálogo com ela. Propõe que o CNDH faça uma solicitação de informações ao MRE e Ministério da Defesa sobre possíveis acordos que estariam ocorrendo com outros países sobre a base de Alcântara e para a Casa Civil questionando sobre os planos de ampliação da base. Flávia diz que pela parte da secretaria, deve endossar o teor do ofício do CNDH para reforçar a solicitação de informações com outro teor. Patriota sugere que oficiem também a Comissão de Relações Exteriores da Câmara que deveria discutir essa questão. Sandra informa que haverá uma audiência na Comissão Interamericana de DH sobre a questão quilombola, acredita que deve ser feito o questionamento sobre essa pauta neste momento também. Marquinhos faz o relato da reunião da Comissão de População em Situação de Rua, trataram sobre o PL 2470/07 que trata sobre a alteração nas licitações para incluir a contratação de trabalhadores de pessoas em situação de rua, o projeto é de autoria do deputado Paulo Teixeira PT/SP, a comissão pretende articular uma conversa com o

deputado para entender melhor o projeto e ver como está o seu trâmite no Congresso Nacional. O segundo ponto de pauta foi sobre a violência contra a população em situação de rua, como encaminhamento vão convidar para a próxima reunião o Centro de Defesa de Direitos Humanos para População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável e a Ouvidoria de Direitos Humanos, pois querem compreender como são processadas as denúncias recebidas pela ouvidoria. A Comissão pretende aprofundar essa questão da violência no Encontro Nacional. Por ter essas atividades no Encontro, a Comissão gostaria de adiantar a sua próxima reunião para 07 de novembro. Foi discutida também uma missão a ser realizada em Alagoas nos dias 19 e 20, com a presença da DPR, DPU, OAB e MNPR. Esperam convidar também o IPEA, Marcos Natalino, para a próxima reunião para dar mais dados sobre os casos de violência contra a população em situação de rua. A Comissão pretende, também fazer um seminário sobre direitos humanos e políticas para a população em situação de rua, seria uma parceria entre CNDH, DPU e MPF, como público alvo seriam os gestores estaduais, dos ministérios e do sistema de justiça, como temas abarcaria moradia, saúde, trabalho, violência, a questão das mulheres em situação de rua, dos órfãos, criança e adolescente, população imigrante, segurança pública, acesso à justiça e população LGBT em situação de rua. Leonildo faz complemento à fala do Marquinhos, deliberaram também por uma campanha a ser realizada em conjunto com o MDH sobre a população em situação de rua. Marquinhos informa que estão implementando no DF um programa como o “Minha Casa Primeiro” e será feito acompanhamento para entender como será aplicada a política pública para população de rua no DF. O último ponto tratado foi sobre a suspenção dos serviços de abordagem de rua no DF, o encaminhamento foi que os procuradores do MPDFT que atuam junto ao TJDFT deem uma olhada no processo para dar o devido prosseguimento a ele. Solicitar reunião com o procurador-geral de 1º grau do MPDFT para mediar conversa com o de 2º grau para ver o que pode ser feito no andamento do processo, essa reunião será acompanhada por um representante da mesa diretora do CNDH e um do movimento de população de rua do DF. Solicitar reunião com a promotora do TCDF para que antecipe o julgamento internamente e encaminhe para o MPDFT e solicitar informações ao governo do DF sobre a descontinuidade do processo e recomendando a sua continuação. Para essa incidência a SDH e o CIAMP-Rua se comprometeram, após o envio da denúncia formal com mais elementos por parte do Leonildo e que indicasse também alguém do movimento da população de rua no DF. Sobre a proposta de trazer a reunião da comissão de dezembro para novembro, Renata informa que na reunião anterior havia sido discutido que em novembro não haveria reunião de comissões pois o espaço entre a reunião de outubro e o Encontro Nacional é bem pouco. Everaldo Patriota faz o relato da Comissão de Pessoas em Situação de Privação de Liberdade, redirecionaram o foco do seminário para diversificar as possibilidades de patrocínio e criaram uma comissão temática para preparar a programação até 15/10/2017 e a realização do evento, provavelmente, em março 2018. Foi apresentado um memorando pelo MNPCT que trata da problemática na seleção e renovação dos peritos, que gera descontinuidade nas ações do órgão. Também discutiram a portaria 718/2017, deliberaram uma nota de repúdio à portaria. Foi apresentado pelo MNPCT sobre a MP desviou fundos do FUNPEN e distribuiu pelos Estados sem qualquer critério. Diana faz colocação informando que o sistema penitenciário federal é regulado por uma lei específica, criado no intuito de regular o sistema estadual em situações de rebeliões, por isso a previsão de encarceramento é de 360 dias, mas por vezes, os presos ficam muito mais tempo. Talvez seja essa a maior problemática e não o sistema em si. O sistema prevê duas horas de banho de sol por dia, os presos não ficam isolados, existe atendimento médico e psicológico para todos os presos, eles têm um prontuário médico, ela não acredita que não haveria uma medicação inadequada dos presos. Sobre gravar as conversas com os advogados, essa medida vem com o intuito de coibir a ação dos criminosos de dentro da cadeia para fora dela. E a visita íntima será como uma recompensa para aqueles que se comportarem melhor. Fabiana expressa preocupação com a preservação das instituições, apesar dos

desafios, mas não seguir atalhos de generalizações. Se advogados ou defensores estão se associando com o crime essas condutas devem ser apuradas e reprovadas. Deborah sugere que o CNDH sugira ao Ministro da Justiça que faça uma avaliação do RDD. Diana sugere que o CNDH solicite ao MNPCT que faça visita a esses presídios federais. Patriota coloca que os problemas no sistema estadual são tão grandes e demandam tanto tempo que os integrantes da comissão do MNPCT falaram que não tinham se voltado para o sistema federal. Flávia sugere que o CNDH inste o CNPCT a fazer uma missão ao local, respeitando seu protagonismo na pauta. Encaminharam uma sugestão de visita com MNPCT, CNDH, CNPCP e CNPCT. Sandra relembra que a relatora da ONU para criança e adolescente e o James que é relator para Brasil e pessoas privadas de liberdade farão uma visita ao Brasil em 13 de novembro. Vão visitar o Ceará, São Paulo e Espírito Santo oficialmente, e não oficial em Brasília e Rio de Janeiro, a relatora pediu para que pudesse ter um momento de fala no Encontro Nacional para fazer seu posicionamento contra a redução da maioridade penal de forma pública. Ela deve lançar do relatório "Violência, infância e crime organizado" e James o relatório de redução de medidas de prisão preventiva. Deborah sugere que que sobre os projetos de lei de redução de maioridade penal o CNDH deveria pensar em juntar a questão da ampliação do tempo de internação e se posicionar a respeito. Fabiana fez informe da participação na sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, tiveram a oportunidade de participar de várias reuniões em conjunto com a sociedade civil. Fizeram apresentação do CNDH e a de sua intenção de credenciamento, o que foi apoiado pela missão permanente. O diferencial do CNDH é a possibilidade de participação direta da sociedade civil na composição do Conselho, que é importante para mostrar a independência deste Conselho, frente à presença de organizações governamentais também neste Conselho. Sugere que o CNDH busque envolvimento com outras INDHs especialmente da América Latina, reportar as ações do CNDH para o plano internacional. Foi questionado se o CNDH teria estrutura para ser INDH tanto da secretaria executiva, quanto da exclusividade das/os conselheiras/os, talvez fosse o caso pensar a exclusividade para a presidência do CNDH. Seria importante pensar também sobre a autonomia financeira, mas também a estrutura física, o fato de estar fisicamente dentro do MDH, deve ser um espaço que qualquer pessoa chegue fisicamente ao Conselho. Além da participação em um evento paralelo com a sociedade civil, no qual o CNDH pode realmente se posicionar. Frigo faz o relato da Comissão Internacional, quanto ao credenciamento como INDH deve ser elaborado um plano de trabalho, enviar ofício à ACNUDH solicitando apoio técnico, envio da lei e do regimento traduzidos, pactuar com os conselhos estaduais e outros conselhos nacionais de temas interseccionais para aumentar capilaridade do CNDH, criar regras sobre a eleição dos membros dos órgãos públicos e os órgãos colegiados da sociedade civil e sobre dedicação exclusiva dos membros, especialmente da presidência, autonomia do CNDH para escolha da secretaria executiva, implementar relatório de atividades do CNDH e enviar novo pedido de credenciamento e enviar à Aliança Global. Tradução e envio para os organismos internacionais da atuação do CNDH, considerando inclusive logo própria do CNDH. Participação do CNDH na oficina de metodologia de monitoria das obrigações internacionais, incidência para ratificação do PIDESC e da regulamentação dos trabalhadores migrantes, entre outros citados nas recomendações da RPU. Participar dos fóruns internacionais, acompanhar as visitas dos relatores especiais, critérios e parâmetros para candidaturas de cargos internacionais, aproximação com INDH na América Latina. Os convidados para integrar a Comissão Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil e o Fórum de Direitos das Crianças e Adolescentes. Serão convidados ACNUDH, OIT, UNICEF para algumas reuniões. Frigo vai coordenar a comissão, mas até o final do quando, quando sairá da presidência, Carlos Magno vai contribuir na coordenação. Fabiana Muniz coloca que a reunião do Mercosul ocorrerá de 23 a 27 de outubro será uma oportunidade para participação do CNDH, mas o BRICS é um espaço

político não caberia participação do CNDH nessas reuniões. Leonardo coloca que o Mercosul é um espaço com caráter de proposição e pactuação e não de fazer denúncias. Fabiana coloca que uma das sugestões da ACNUDH regional foi que o CNDH além das denúncias trabalhasse também com promoção, como por exemplo, a realização de audiências. Fabiana coloca que é importante contextualizar quando explicar a composição do CNDH é que as instituições governamentais que participam dele contribuem para a viabilização das ações e incidências do CNDH nestes respectivos órgãos. Fabiana coloca que uma das ações que seria o próximo passo é dar a resposta ao ANUDH e à Aliança Global sobre a negativa formal do CNDH, será preciso compilar todas as informações do que o CNDH tem feito. Questiona se seria possível a ajuda do MRE para a tradução desse documento. Fabiana Muniz explica que o trabalho de tradução no MRE é um problema grande, pois várias vezes a tradução é falha e é preciso revisar todos os documentos, o que gera um grande retrabalho para os servidores. O MRE poderá dar suporte inicial, enviando documentos, o difícil seria um acompanhamento regular. Nívia sugere um termo de cooperação com a ONU Brasil para ajudar nesse processo, ainda mais de forma constante, que o MRE não poderá dar. A Comissão sugeriu que cada entidade da sociedade civil fizesse uma carta na qual constasse o reconhecimento da importância do CNDH e mostrar que ele é um espaço democrático legítimo para trazer denúncias. As/os conselheiras/os debateram como se daria a conversa no dia seguinte com a Procuradora-Geral da República, considerando as questões, da pauta do CNDH, que ela teria mais interesse em discutir nesse momento. Passaram para a aprovação das notas, primeiramente a aprovação posterior daquela elaborada em conjunto com PFDC e MNPCT sobre o financiamento público de leitos psiquiátricos, que foi ratificada. A seguinte foi a nota pública sobre o massacre dos indígenas isolados no Vale do Javari. Diana fez, primeiramente, um informe sobre a investigação desse caso, segundo ela o servidor da FUNAI que passou a denúncia para a PF disse que havia recebido o informe de outra pessoa e não revelou quem era a fonte. Por isso, atualmente, a PF não tem informações do local de onde estariam os corpos, nem indícios mínimos para fazer a investigação, não tem testemunhas. Foram feitos sobrevoos nos locais, falaram com algumas lideranças, mas ninguém dá informações sobre o caso. Mas não há indício ou vestígio sério que confirme a denúncia, o inquérito foi instaurado para investigar a morte dos indígenas e não de garimpo na região. Diana pede que se alguém tiver informações sobre o caso para informa-la, e que nesse contexto uma nota do CNDH seria prematura. Gilberto sugere que aguardem a presença da Erika Yamada na reunião do dia seguinte, pois ela poderá dar mais informações sobre o caso, mas seria muito preocupante o CNDH não se posicionar sobre o caso. Deborah sugere que o CNDH solte ofícios questionando quais as atitudes que estão sendo tomadas pelos órgãos responsáveis e posteriormente soltar a nota. Ficou encaminhado o envio dos ofícios à FUNAI, ao MJ, à 6ª Câmara do MPF e à PF e uma nota à imprensa, informando a atuação do CNDH, incluindo os problemas já existentes como o desmonte da FUNAI que prejudicam a investigação. A outra nota foi contrariando a portaria 718/2017 do MJSP sobre a regulamentação das visitas íntimas nas penitenciárias federais. Diana coloca que não concorda com o teor da nota e que, no seu entendimento, celas individuais não significam isolamento, bem como o preso que está em presídio federal está por condição diferenciada e não deveria ficar lá por mais de dois anos e nesse período não deveria ter direito a visita íntima. Gilberto coloca que o preso perde seu direito de ir e vir, mas que ao colocar o preso de penitenciária federal de forma diferenciada dá espaço para uma generalização dessas medidas. Leonardo coloca que a nota não corresponde à realidade da RDD, pois a nota não diz que a existência desse regime é a comprovação de que o Estado brasileiro não consegue controlar o sistema prisional, para ele a nota está muito leve. Priscila informa que gostaria de ter mais informações do DEPEN do porquê dessa portaria e dar mais tempo e espaço para discutir a questão. Sandra concorda com o Leonardo, o RDD foi criado com o intuito de combater o PCC em São Paulo e desde então tem sido muito questionado. O isolamento tem sido

usado de forma generalizada no sistema penitenciário de todo o país, inclusive no socioeducativo, o que pode ser comprovado nas visitas no CNDH que o isolamento tem sido usado de forma punitiva e arbitrária. O fato de fazer uso da delação premiada para possibilitar a visita íntima agrava ainda mais a situação. Acredita que a nota é importante e que o CNDH deve pensar no sistema penitenciário como um todo, considerando as possibilidades de generalização. Deborah coloca sua preocupação com a delação, acredita que gera um efeito muito maior até mesmo no crime organizado com a criação de delatores em toda a população, o que pode gerar ainda mais o aumento da população carcerária. Diana informa que o RDD pode ser usado em qualquer presídio, estadual ou federal, e que o preso não entra em RDD só porque está em presídio federal. Acredita que o principal problema do sistema é a permanência do preso no presídio federal infinitamente. A nota foi aprovada por: INTERVOZES, CUT, CFP, OAB, PFDC, DPU, CNPG, Justiça Global, CIMI, SNC, Dhesca os votos contrários: MJSP e PF. No segundo dia de reunião Frigo inicia fazendo revisão dos pontos de pauta que ainda serão tratados naquele dia, um dos pontos seria a estruturação do funcionamento das Comissões e sua organização que é um ponto que está faltando desde a aprovação do regimento. Patriota sugere que a Mesa Diretora prepare esses critérios e apresente-os na próxima reunião. Foi aprovado o encaminhamento da compilação dos critérios pela Mesa Diretora para posterior aprovação do pleno. Sobre a nota aprovada no dia anterior do parecer da AGU, houve um encaminhamento de fazer uma reunião com a Ministra da AGU para apresentar diretamente a ela os argumentos do Conselho, Frigo questiona se é possível fazer esse encaminhamento, o que foi encaminhado. Pede para que João Akira faça informe sobre a situação do relatório de Belo Monte. Akira informa que após a missão no final do ano passado, o grupo teve alguma dificuldade por conta da mudança de gestão, nos últimos meses fizeram reuniões periódicas para finalizar o relatório, esperam entrega-lo na próxima reunião. Frigo coloca que vai se importante fazer o lançamento desse relatório e o relatório da Samarco também. Neste momento na parte da manhã o CNDH contou com a presença de sua conselheira titular pelo MPF, a procuradora-geral da República Raquel Dodge, o presidente do CNDH faz as saudações à conselheira e as devidas apresentações dos recentes trabalhos e desafios que o CNDH passa e enfrenta, além dos temas com os quais o Conselho tem se preocupado e questionando como a PGR pretende se posicionar frente às recorrentes violações e ameaças aos direitos humanos noticiadas no Brasil. Após apresentação das/os conselheiras/os, Raquel fez uma saudação e fala no sentido de ressaltar a importância da parceria entre o MPF e o CNDH no enfrentamento às questões graves em direitos humanos, principalmente pelo CNDH ser um espaço não só do Estado, mas também da sociedade civil. Apresenta a reestruturação da PGR para inserir nela a Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva e também no CNMP, bem como fazer com que os vice-PGRs sejam ex-procuradores federais dos Direitos do Cidadão, reafirmando o seu compromisso com essa pauta. Considera que o MPF, bem como a DPU, tem o dever de dar voz e vez aqueles que não têm voz, que estão subrepresentados e estão, muitas vezes, em perigo pois há no país a realidade de perseguição às/aos defensoras/es de direitos humanos. Coloca que durante a sua coordenação na área criminal do MPF o fez sob a ótica dos direitos humanos, pois o direito criminal, para ela, é instrumento de proteção dos direitos, por exemplo, quando da punição de corruptos o fazem porque o dinheiro que está sendo desviado sai de políticas públicas direcionadas a atender a população brasileira; e, portanto, a corrupção afeta os direitos fundamentais. Acredita que é preciso assegurar a dignidade da pessoa humana, inclusive dos investigados. Por fim, coloca a equipe da PGR à disposição o estreitamento e sincronização da pauta entre a PGR e o CNDH, a partir do diálogo, principalmente entre o gabinete dela, do vice procurador e da Secretaria de Direitos Humanos do CNMP. O MPF deve dar voz e ser a voz das minorias fragilizadas do país. Frigo coloca como é significativo a procuradora-geral da República anunciar que direitos humanos está no topo de suas prioridades, é do interesse do CNDH afinar e manter o diálogo com o MPF afim de impedir

retrocesso na legislação que garante os direitos humanos. Apresenta à procuradora um boletim informativo com as principais ações do CNDH nos últimos três meses. Seguindo a pauta do Conselho, foi feita a apresentação do relatório do MNPCT, ao final as/os conselheiras/os fizeram considerações finais sobre a importância da manutenção do Mecanismo, e sua ampliação para os estados, bem como do compromisso pessoal de Raquel com os direitos humanos. Rafael, perito do MNPCT, faz consideração sobre a importância do MPF na prevenção e combate à tortura, no controle externo do IML e no apoio à população indígena que muitas vezes assumem crimes sem sequer terem entendido o que lhes estava sendo dito. Luciano coloca que a PGR tem o intuito de construir fala conjunta e plural com a voz dos direitos humanos do MPF, que é a PFDC, e também com o CNDH que sempre encontrou no MPF um grande parceiro, situação esta que não é diferente quando se trata do MNPCT. Raquel faz fala final agradecendo e parabenizando a apresentação do MNPCT, informa que a equipe da PGR busca esse diálogo para que sempre haja consulta de que os caminhos traçados estão sendo os corretos. Informa que já recebeu a CONATRAE, justamente pela importância e seriedade do tema, tem estabelecido diálogo com a Deborah para se comprometer a realçar e valorizar o papel da PFDC. Sugere que sejam feitas audiências para implementar as recomendações, na semana do dia 03/10 haverá a primeira pauta do CNMP e a eleição dos presidentes de comissões, mas depois disso as audiências poderão ser marcadas; vai ser importante que o CNDH mande um documento explicitando quem irá participar dessas audiências pelo Conselho. Pede que o CNDH assegure um lugar, não só para o MPF, mas também para a Ivana como representante do CNMP e parte de sua equipe, bem como para Luciano, no intuito de facilitar a comunicação. Frigo entregou à Raquel cópia da nota aprovada no dia anterior contra o Parecer 01/2017 da AGU e convida Sandra e Luciana para entregar o relatório Vidas em luta do Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos também à ela. Em seguida é eita uma inversão de pauta e Luciana, integrante do CDDDH, faz apresentação do relatório Vidas em luta é um relatório que traz dados sobre ameaças, criminalização, assassinatos, violência policial em contexto de protestos e outras formas de violência e intimidação dos defensores e defensoras de direitos humanos, a pesquisa para o relatório foi feita em 2016; o relatório apresenta, também, principais regiões em que ocorrem as violações; o relatório conta com uma parte específica para a violência contra as mulheres defensoras de direitos humanos, que em muitos casos foram violentadas e/ou tem suas famílias ameaçadas constantemente. O relatório faz uma análise dos programas de proteção, inclusive os estaduais, o dossiê traz algumas recomendações. Gilberto faz destaque para o agravamento na situação dos indígenas em Rondônia, e que isto se dá pelo avanço da bancada ruralista. Iara destaca a importância da sistematização desse trabalho e que o CNDH se debruce, também, sobre a violência contra comunicadoras/es no Brasil. Convida para uma audiência pública no dia 19 sobre violência contra comunicadoras/es. Akemi ressalta a importância do relatório e solicita informação de qual a metodologia utilizada para recolhimento dos dados e para o relato dos casos. E se o relatório abrange também o programa federal ou apenas os estaduais, tendo em vista que atualmente estes são quatro. Luciana informa que acompanharam por mais de dez anos a implementação dos programas de proteção, fizeram vária críticas, mas acreditam que o programa está passando por uma de suas piores fases. A metodologia usada foi a compilação dos dados de organizações que compõem o Comitê, no final dos levantamentos é feito um debate e um filtro, para ver quais casos se enquadram como defensores de direitos humanos, fizeram pesquisa bibliográfica e em campo. E também foram feitas análises no programa federal, assim que estiver concluído vão enviar para dar conhecimento. Na parte da tarde iniciam tratando sobre as definições do Encontro Nacional, Paulo faz o relato sobre a programação que tem sido pensada, com fala de abertura dos movimentos sociais e convidados do Estado, depois espaço para debates e atividades autogestionadas. Também tem sido pensado um momento de conversa entre o CNDH e os Conselhos Estaduais. No segundo dia fazer trabalhos em grupos para tentar identificar os principais

desafios para os direitos humanos, os documentos serão sistematizados para a formulação de uma agenda de direitos humanos consensual para o próximo período. Sandra informa que tinham pensado na participação do James Cavallaro, mas ele não poderá nessa data, no entanto, a relatora para criança e adolescente manifestou interesse em participar no primeiro dia, para fazer um pronunciamento no sentido de reforçar a resistência e posicionamento contra a redução da maioridade penal e sobre o sistema socioeducativo. Patriota coloca que seria importante ter uma fala que reforçasse o valor da democracia. Paulo coloca que o Paulo Sérgio deve abranger esse tema em sua fala. Nívia sugere que seja dada grande atenção no diálogo com os conselhos estaduais para compreender quais são as fragilidades de cada um. Leonardo sugere que nas atividades autogestionadas as organizações tentem propor temas de interesses comuns para que não fiquem várias atividades, mas com poucas pessoas. Iara sugere fazer um folder que contemple o posicionamento do CNDH sobre diversos temas para que as pessoas possam levar com elas. O plenário aprovou a solicitação do Marquinhos para que a reunião da Comissão de Pop Rua fosse adiantada para novembro, para viabilizar a participação de seus integrantes no Encontro Nacional. MRE necessitou se ausentar da reunião, mas já deixou registrado seu voto favorável à nota de apoio à resolução 01/99 do CFP. Na sequência passam para a aprovação à nota de apoio à resolução 01/99 do CFP que orienta os profissionais da psicologia a como agir nas questões de orientação/ diversidade sexual, foi feita leitura da nota e ela foi aprovada por unanimidade. Sobre a votação da emenda de redução da maioridade penal, Pétalla fez informe sobre o acompanhamento que fez no dia anterior, na ocasião foi aprovado o requerimento de adiamento da votação por 30 dias na CCJ. Acredita ser interessante uma interlocução do CNDH com o CONANDA para dar posicionamento conjunto. Frigo sugere então que o CNDH apoie o posicionamento do CONANDA e, conforme necessidade, a Mesa Diretora faria sugestão de algumas alterações. Pétalla faz, ainda, informe sobre a votação da excepcionalidade dos crimes militares contra civis, PLC 44, estava em discussão na Comissão de Relações Exteriores, discutindo uma emenda proposta pela Vanessa Grazziotin, em seguida ela já foi levada a plenário. Conseguiram segura-la, mas ela seria votada em breve. Sandra faz relato sobre a atuação da polícia militar com as forças armadas no rio de janeiro, sobre como a mídia, em especial a Rede Globo, tem pressionado pela manutenção dessa intervenção. Tem recebido várias denúncias de violações, inclusive por meio da Defensoria Pública. O contexto de tiroteios tem ocorrido em quase todas as favelas do Rio de Janeiro, o CNDH tem pensado sobre como atuar nessa situação, a comissão de segurança pública já tinha definido uma missão ao local para olhar para as chacinas, no entanto, fica complicado, uma vez que existem várias chacinas ocorrendo neste contexto. Diana faz contribuição colocando que a situação da segurança publicado país é reflexo da falência do Estado. Patriota acredita que se o CNDH for se posicionar deve ser por meio de nota técnica, que exponha todo o contexto macro no qual a situação, especialmente a do Rio de Janeiro, está inserida de insuficiência fiscal do Estado e o perigo do uso das Forças Armadas para cumprir tarefas que não são as suas. Ismael sugere que seja feita missão no Rio de Janeiro, visitando a Rocinha, convidar a imprensa alternativa. Sandra concorda com o Ismael, informa que os movimentos no RJ estão se mobilizando para realizar uma campanha conjunta. Acredita que essa situação é emergencial, concorda que devem ser produzidos documentos técnicos, mas a situação do RJ é urgente e se faz necessária uma missão do CNDH. Diana coloca que deve ser considerada também a periculosidade de uma missão do CNDH neste contexto. Iara endossa a proposta de fazer missão, levando em conta o risco, mas percebendo que este é um problema sistêmico que não irá se restringir ao Rio de Janeiro. Leonardo concorda com a realização da missão, mas não deve ser feita na Rocinha, deve ser pensada para perceber essa crise estrutural no Rio como um todo. Frigo questiona se Priscila não poderia verificar no âmbito do MJ sobre a denúncia das fotografias, para buscar esclarecimentos. A missão será encaminhada por Sandra, Iara e Diana, considerando os posicionamentos já tomados pelo CNDH, além disso, ficou delegado à Mesa solicitação de

informações enquanto a missão não é realizada. A missão emergencial ao Rio de Janeiro ficou aprovada (Justiça Global, OAB, CFP, Unisol, CUT, MNMMR, MJSP, SNC, Intervozes, DPU, Plataforma Dhesca, DPF). Sobre a política de austeridade fiscal, Frigo informa que a Plataforma Dhesca está elaborando um relatório que será debatido no âmbito da Comissão de Trabalho, Educação e Seguridade Social, no intuito de demonstrar a preocupação, também, do CNDH com a impossibilidade de reajuste orçamentário. Marquinhos faz informe sobre reunião no dia anterior com o deputado Paulo Teixeira, sobre o projeto de mudança nas licitações, que devem garantir algumas vagas para trabalhadores da população de rua. O projeto foi aprovado na CCJ, teve algumas mudanças no projeto. O que ficou acordado é que em outubro, o deputado irá na reunião da comissão para apresentar com maiores detalhes o projeto e qual o seu trâmite no Congresso Nacional. A incidência a ser feita pelo CNDH ficou composta pela SNC, CFP e MNPR, vão tentar conversa com o desembargador para falar da problemática da descontinuidade da política de trabalho social no DF para os/as moradores/as de rua. Darci Frigo agradeceu e encerrou a reunião.